


ID: 10	Reconquista	Tiragem: 11 000	Página: 19	
Data: 16.01.2020		País: Portugal	Cor: preto e branco	
		Âmbito: regional		
		Periodicidade: semanal		

REESTRUTURAÇÃO DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE CASTELO BRANCO

Sindicato diz que processo nasceu torto

O Sindicato de Professores da Região Centro (SPRC) manifestou a sua preocupação pela forma como está a ser conduzido o processo de reestruturação do Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB). Em comunicado, questiona se "os postos de trabalhos são garantidos ou haverá extinção de alguns? Como decorrerá deslocação de docentes, pessoal técnico-administrativo e assistentes operacionais entre as Escolas?", questões que considera "inevitáveis". Esta estrutura garante que vai acompanhar o processo, que foi aprovado pelo conselho geral do IPCB dia 2 de dezembro, e tomará "as diligências necessárias para promover o debate e contribuir para uma solução que não coloque em risco a sustentabilidade dos postos de trabalho dos docentes e demais funcionários, bem como do próprio IPCB e das suas escolas". A transformação das seis

em quatro escolas, após mudança estatutária, "leva à descaracterização de quatro das atuais escolas, com especial ênfase para a Escola Superior de Educação e para a Escola Superior Agrária de Castelo Branco, fundadoras do IPCB e com extraordinária importância na região e no país. Também a Escola Superior de Gestão da Idanha-a-Nova desaparece, sendo criada uma nova escola que agregará as áreas científicas de informática e de gestão, estando previsto que os cursos atualmente a funcionar em Idanha-a-Nova aí permanecerão". O SPRC refere ainda que os atuais seis edifícios não deixarão de funcionar, questionado, contudo, "o custo e objetivo desta mudança". Estas questões já foram transmitidas pelo SPRC ao presidente do IPCB, António Fernandes, com quem reuniu, e a quem reiterou a preocupação "pela forma autocrática como esta decisão foi tomada, ou seja,

sem um amplo debate pela comunidade académica", reafirmando "a necessidade de se proceder à discussão alargada das implicações da decisão, bem como dos benefícios e prejuízos delas decorrentes. Um processo desta dimensão, pelos efeitos estruturantes e impactos na vida dos professores e funcionários da instituição, tem de ser discutido por todos e aprovados pelos atuais órgãos das escolas. O envolvimento do corpo docente e em geral da comunidade escolar afigura-se essencial para uma decisão ponderada e participada. Acresce que a proposta foi aprovada sem quaisquer indicadores de custos e benefícios".

MOÇÃO A Assembleia Municipal de Idanha-a-Nova voltou a aprovar, por unanimidade, uma moção, desta vez para solicitar ao conselho geral do IPCB que, no âmbito do cenário aprovado dia 2 de dezembro,

a nova escola, constituída pelos cursos da ESGIN e da Engenharia Informática, seja sediada no concelho, com autonomia financeira, administrativa, científica e pedagógica. O documento lembra a relevância que a ESGIN tem tido nos seus 28 anos de existência para o desenvolvimento do concelho de Idanha-a-Nova, para a região e para o país, defendendo por isso, que "é fundamental que continue a cumprir a sua missão. Uma missão que tem granjeado reconhecimento por parte das principais entidades do ensino superior em Portugal, da sociedade civil, do tecido empresarial, do poder local e do governo". A moção foi enviada aos conselheiros do IPCB, ao Primeiro-Ministro, ao ministro de Estado, da Economia e da Transição Digital, ao ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e à ministra da Coesão Territorial.